



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 26 de fevereiro de 2019 | SÉRIE 3 | ANO XI Nº041 | Caderno 3/3 | Preço: R\$ 17,04

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº025/2019 - O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor Eng.º **SILVIO GENTIL CAMPOS JUNIOR**, ocupante do cargo de Superintendente do DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA - DAE, matrícula nº 300068-1-X, a **vijar** a cidade de Juazeiro do Norte, nos dias 19 e 20/02/2019, cuja finalidade será realizar visitas técnicas de supervisão de obras de edificações públicas sob gestão ou intervenção do DAE na região do Cariri, concedendo-lhe 1.5 (uma diária e meia), no valor unitário de R\$ 87,76 (oitenta e sete reais e setenta e seis centavos), totalizando R\$ 157,72 (cento e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), com passagens aéreas, para os trechos (Juazeiro/Fortaleza), no valor de R\$264,89 (duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), perfazendo o valor total de R\$ 422,61 (quatrocentos e vinte dois reais e sessenta e um centavos), acrescido de 20% de acordo com o artigo 3º; alínea , § 1º e 3º do artigo 4º; art. 5º e seu § 1º; arts. 6º, 8º e 10, classe II do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do DAE. SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, em Fortaleza, 18 de fevereiro de 2019.

Lucio Ferreira Gomes
SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº0074/2019 - O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE **NOMEAR**, nos termos do parágrafo único do art. 17 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, combinado com o art. 39 e §2º do art. 40 da mesma Lei, o servidor Eng.º **ARTUR EDISIO MEIRA FAÇANHA**, matrícula 016384-1-6, para Responder Cumulativamente pelo cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de SUPERINTENDENTE símbolo DNS-1, integrante da estrutura organizacional do DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA - DAE, inclusive no Ordenamento de Despesas, em virtude do gozo de férias do Titular no período de 25 de Fevereiro à 08 de Março de 2019. SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, em Fortaleza, 21 de fevereiro de 2019.

Lucio Ferreira Gomes
SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE RODOVIAS

PORTARIA Nº052/2019 - O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE RODOVIAS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR, os **SERVIDORES** desta Autarquia a **vijarem** em objeto de serviço, conforme finalidade e valores concedidos de diárias estabelecidos no ANEXO ÚNICO desta Portaria, tudo em conformidade com os preceitos previstos no art. 3º; alínea "a" do § 1º do art. 4º; art. 5º do Decreto nº 30.719 de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr por conta da Dotação Orçamentária do DER, referente ao mês de Fevereiro/2019, processo nº01157579/2019.

FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO	FINALIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	ORIGEM	DESTINO	INÍCIO	FIM	QTDE	VALOR UNITÁRIO	ADICIONAL			TOTAL
										FIXO	%	CIDADE	
01651412 - FRANCISCO ALVES DE GOIS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SERVIÇOS DE LIMPEZA E / OU RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM	Auxiliar no serviço de limpeza/ ou recuperação de drenagem.	FORTALEZA	PARAMOTI	11/02/2019	15/02/2019	4,5	61,33	0,00	0,00	0,00	RS 275,99
01651412 - FRANCISCO ALVES DE GOIS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SERVIÇOS DE LIMPEZA E / OU RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM	Auxiliar no serviço de limpeza/ ou recuperação de drenagem.	FORTALEZA	PARAMOTI	18/02/2019	22/02/2019	4,5	61,33	0,00	0,00	0,00	RS 275,99
01651412 - FRANCISCO ALVES DE GOIS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SERVIÇOS DE LIMPEZA E / OU RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM	Auxiliar no serviço de limpeza/ ou recuperação de drenagem.	FORTALEZA	PACOTI	25/02/2019	28/02/2019	3,5	61,33	0,00	0,00	0,00	RS 214,66
01020919 - JOAO BATISTA GOMES	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SERVIÇOS DE LIMPEZA E / OU RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM	Auxiliar no serviço de limpeza/ ou recuperação de drenagem.	FORTALEZA	VIÇOSA DO CEARÁ	11/02/2019	15/02/2019	4,5	61,33	0,00	0,00	0,00	RS 275,99
01020919 - JOAO BATISTA GOMES	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SERVIÇOS DE LIMPEZA E / OU RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM	Auxiliar no serviço de limpeza/ ou recuperação de drenagem.	FORTALEZA	VIÇOSA DO CEARÁ	18/02/2019	22/02/2019	4,5	61,33	0,00	0,00	0,00	RS 275,99
01020919 - JOAO BATISTA GOMES	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SERVIÇOS DE LIMPEZA E / OU RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM	Auxiliar no serviço de limpeza/ ou recuperação de drenagem.	FORTALEZA	VIÇOSA DO CEARÁ	25/02/2019	28/02/2019	3,5	61,33	0,00	0,00	0,00	RS 214,66
01627414 - JOSÉ GERARDO DA SILVA	MOTORISTA	CONDUÇÃO DE VIATURA LEVE	Conduzir servidor à serviço.	FORTALEZA	GRANJEIRO	11/02/2019	15/02/2019	4,5	61,33	0,00	0,00	0,00	RS 275,99
01627414 - JOSÉ GERARDO DA SILVA	MOTORISTA	CONDUÇÃO DE VIATURA LEVE	Conduzir servidor à serviço.	FORTALEZA	GRANJEIRO	18/02/2019	22/02/2019	4,5	61,33	0,00	0,00	0,00	RS 275,99
01627414 - JOSÉ GERARDO DA SILVA	MOTORISTA	CONDUÇÃO DE VIATURA LEVE	Conduzir servidor à serviço.	FORTALEZA	ARACATI	27/02/2019	27/02/2019	0,5	61,33	0,00	0,00	0,00	RS 30,67
01627414 - JOSÉ GERARDO DA SILVA	MOTORISTA	CONDUÇÃO DE VIATURA LEVE	Conduzir servidor à serviço.	FORTALEZA	ARACATI	28/02/2019	28/02/2019	0,5	61,33	0,00	0,00	0,00	RS 30,67
00721115 - JOSÉ MARIA GOMES DAS CHAGAS	MOTORISTA	CONDUÇÃO DE VIATURA LEVE	Conduzir servidor à serviço.	FORTALEZA	BARROQUINHA	11/02/2019	15/02/2019	4,5	61,33	0,00	0,00	0,00	RS 275,99



FSC
www.fsc.org

MISTO

Papel produzido a partir de fontes responsáveis

FSC® C126031

PATER SEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 06.068.410/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Prezados Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis da Pater Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas na forma das disposições legais e estatutárias, associadas às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório do Auditor Independente. **Desempenho das operações.** A Pater Seguros S.A. não teve operações de seguro ativas no exercício de 2018, sendo seu resultado fruto de seus investimentos financeiros. **Capacidade financeira.** Utilizando dados obtidos em modelos estatísticos e financeiros, a Pater Seguros S.A. declara ter capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários citados no item 5 das notas explicativas. **Resultado do exercício.** O resultado do exercício de 2018 foi negativo em R\$ 99.829,58 (noventa e nove mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos), que foi integralmente absorvido pela reserva de lucros em consonância com o parágrafo único do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações. **Eventos Societários.** No exercício de 2018 a Companhia elegeu os novos Administradores para o triênio de 2018 a 2021, conforme Assembleia Geral Ordinária, datada de 30 de março de 2018, cuja homologação se deu através do processo SUSEP 15414.611659/2018-39, aprovado pela Portaria nº 915, de 24 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 25/05/2018. **Acordo de acionistas.** Atendendo ainda ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, declaramos que inexistente contrato de usufruto de ações ou acordo de acionistas ou diretores para o exercício do direito de voto referente à sociedade Pater Seguros S.A. **Perspectivas e planos da Administração para o exercício de 2019.** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui ativos da carteira própria no montante de R\$ 7.867 e patrimônio líquido positivo de R\$ 8.012, ou seja, possui condições saudáveis de manter a sua continuidade operacional, até que se defina um plano estratégico para suas operações. A Administração permanece realizando continuamente o monitoramento do cenário macroeconômico, para eventuais ajustes de seu planejamento. **Agradecimentos.** Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos agradecimentos aos acionistas pela confiança e apoio constantes e aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2019. **A Diretoria.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2018		31/12/2017		PASSIVO E PATRIMÔNIO	Notas	31/12/2018		31/12/2017	
Ativo circulante		7.920	8.239	LÍQUIDO							
Disponível		7	4	Passivo circulante					17	54	
Caixa e bancos		7	4	Contas a pagar					17	54	
Aplicações	5	7.758	8.089	Obrigações a pagar					3	15	
Títulos de renda fixa (Públicos)	5	-	195	Dividendos a pagar				7	-	25	
Quotas de fundos de investimentos	5	7.758	7.894	Impostos e encargos sociais a recolher					12	14	
Títulos e créditos a receber		155	146	Impostos e contribuições					2	-	
Créditos tributários e previdenciários		98	91	Patrimônio líquido				7	8.012	8.185	
Outros créditos		57	55	Capital social					4.300	4.300	
Ativo não circulante		109	-	Reservas de lucros					3.712	3.812	
Realizável a longo prazo		109	-	Dividendos adicionais propostos					-	73	
Títulos e créditos a receber		109	-	Total do passivo e patrimônio líquido					8.029	8.239	
Títulos de renda fixa (Públicos)		109	-								
Total do ativo		8.029	8.239								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação - em reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Gerais			
Despesas administrativas	9	(470)	(485)
Despesas com tributos	9	(78)	(44)
Resultado financeiro	9	448	687
Resultado operacional		(100)	158
Resultado antes dos impostos		(100)	158
Imposto de renda	8	-	(24)
Contribuição social	8	-	(31)
(=) Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(100)	103
Quantidade de ações		4.300.000	4.300.000
Lucro líquido (Prejuízo líquido) por ação (lotes de mil ações)		(23,26)	23,95
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(100)	103
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	222	157
Créditos fiscais e previdenciários	(7)	(14)
Outros créditos	(2)	(3)
Obrigações a pagar	(12)	8
Impostos e contribuições	-	(6)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	101	245
Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(98)	(250)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(98)	(250)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	3	(5)
Caixa e equivalentes de caixa		
no início do exercício	4	9
no final do exercício	7	4
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	3	(5)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(100)	103
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(100)	103
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Capital Social	Legal	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		4.300	324	3.483	188	-	8.295
Distribuição de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(188)	-	(188)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	103	103
Proposta para distribuição do resultado		-	-	-	-	-	-
Constituição da Reserva:							
Reserva legal		-	5	-	-	(5)	-
Dividendos mínimos propostos		-	-	-	-	(25)	(25)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	73	(73)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		4.300	329	3.483	73	-	8.185
Distribuição de dividendos adicionais propostos	7	-	-	-	(73)	-	(73)
Prejuízo do exercício	7	-	-	-	-	(100)	(100)
Proposta para distribuição do resultado	7	-	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo do exercício pela Reserva de Lucros	7	-	-	(100)	-	100	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		4.300	329	3.383	-	-	8.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PATER SEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 06.068.410/0001-50

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Pater Seguros S.A. (Companhia ou Seguradora) é uma sociedade anônima fechada, com sede no Brasil e matriz situada na Avenida Santos Dumont, nº 2.122, sala 608 - Aldeota - Fortaleza - CE, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em seguros de pessoas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui ativos da carteira própria no montante de R\$ 7.867 e patrimônio líquido positivo de R\$ 8.012, ou seja, possui condições saudáveis de manter a sua continuidade operacional, até que se defina um plano estratégico para suas operações. A Administração permanece realizando continuamente o monitoramento do cenário macroeconômico, para eventuais ajustes de seu planejamento. **2. Base de preparação das demonstrações contábeis:** A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações contábeis foi concedida pela Administração da Seguradora em 18 de fevereiro de 2019. As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) vigentes em 2018, e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas, instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. **a) Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está em processo de estudo para viabilização de seu plano de negócios. Todavia, a Seguradora concluiu que possui recursos suficientes para dar continuidade a suas operações. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade normal. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. **b) Comparabilidade:** Conforme anexo IV da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a demonstração do fluxo de caixa poderá ser divulgada pelo método direto ou indireto. A Administração optou pela divulgação pelo método indireto. **c) Base para mensuração:** Os valores contidos nas demonstrações contábeis são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **d) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Seguradora é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera. As demonstrações contábeis também estão sendo apresentadas na referida moeda. **e) Novas normas contábeis e interpretação ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, quando referenciadas pela SUSEP, encontra-se: • IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações do CPC 48 são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. • IFRS 16 - Substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06(IAS 17) Operações de arrendamento mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, /SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial do arrendatário. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Contabilidade do arrendador permanece semelhante a norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Com data de vigência a partir de janeiro de 2019, a Companhia ainda está em processo de análise deste novo pronunciamento, observando criteriosamente o novo conceito de arrendamento mercantil, principalmente, na sua atuação como arrendatário. • IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021. Até a data da publicação destas demonstrações contábeis, a SUSEP não havia referenciado os CPC's 06 (R2) (IFRS 16) e a IFRS 17. A IFRS 17 - Contratos de seguros, ainda não foi referenciada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. **a) Disponível:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes na data do balanço e com risco

insignificante de mudanças no valor de mercado. **b) Ativos financeiros:** A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros: **i) Mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. **ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. A Seguradora deve ter a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título, e são avaliados pelo seu valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. **iii) Recebíveis:** Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **c) Apuração do resultado:** Os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram obtidos exclusivamente de aplicações de recursos livres e vinculados da Seguradora, por meio de fundo de investimento exclusivo e carteira própria de investimentos. **d) Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente. **e) Redução ao valor recuperável dos ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nenhuma provisão foi considerada necessária em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. **f) Contribuição social e imposto de renda:** Sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incidem o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social à alíquota de 20%. **g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. **Contingências ativas:** Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências passivas:** A Companhia não possui até a data da aprovação dessas demonstrações, processos considerados como possíveis e prováveis que justifiquem a provisão de contingências passivas. **h) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa. A Administração optou pela divulgação do método indireto. **4. Gestão de risco financeiro:** Os detalhamentos dos controles estão descritos no contexto de cada risco. Por recursos financeiros, entende-se todo recurso monetário em moeda nacional ou aplicação em instituição financeira. Por títulos e valores mobiliários, entende-se toda forma de aplicação de recurso financeiro legalmente instituído. Os parâmetros básicos contemplam as análises dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio e crescimento da economia. As gestões de riscos de investimentos financeiros estão definidas como segue: **Risco de crédito:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Com o objetivo de mitigar o risco de crédito, os ativos livres foram alocados em fundo exclusivo e são monitorados mensalmente pela área de Controladoria por meio das agências classificadoras de risco. agências classificadoras de riscos internacionais:



PATER SEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 06.068.410/0001-50

Composição da carteira por classe e categoria contábil	"FITCH, Moodys ou S&P (ratings similares)"				Sem rating/títulos públicos	Sem Valor Total
	AAA	AA-	A/A-	Outras classif.		
I. Títulos para negociação						
Fundo Exclusivo (*)	920	758	68	330	5.682	7.758
II. Títulos mantidos até o vencimento						
Títulos Públicos (LFTs)	-	-	-	-	109	109
Total	920	758	68	330	5.791	7.867

(*) Divide-se em renda fixa, multimercado e renda variável, conforme demonstrado na nota explicativa 5. **Risco de mercado:** Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor de ativos, valores mobiliários ou qualquer outro instrumento utilizado pelo mercado financeiro. Além do Stress Test, o controle do Risco de Mercado é baseado no modelo VAR (Value at Risk) paramétrico, especificado com nível de confiança de 99% dado um horizonte de tempo de um dia, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, metodologia esta aplicada aos ativos da empresa, conforme tabela a seguir:

Ativo	Var - Value at Risk	
FIC Institucional	R\$ 16	0,21%
LFT	R\$ 0	0,00%

Nível de Confiança de 99% com horizonte de 1 dia.

Durante a realização do Stress Test foram obtidos os valores descritos na tabela abaixo, baseados em cenário disponibilizado pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F):

Classe	Premissa	Saldo Estimado		Variação no resultado em impostos	Variação no PL
		31/12/18	31/12/18		
I. Títulos para negociação					
Fundo Exclusivo	Cenário Stress				
FIC Institucional	Test BMF2	7.758	7.629	(129)	(187)
II. Títulos mantidos até o vencimento					
Letras financeiras do tesouro	Cenário Stress	109	109	-	-
	Test BMF2				
Total Geral		7.867	7.738	(129)	(187)

Risco de liquidez: Consiste na possibilidade de uma sociedade não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em prazo determinado. O gerenciamento de risco de liquidez deve prever um adequado sistema de controle e procedimentos para prevenir a falta de recursos para o cumprimento das obrigações financeiras. É mantida uma reserva com o objetivo de atender as necessidades de caixa de curto prazo, como forma de mitigar o risco de liquidez. Esta reserva visa garantir o pagamento das despesas operacionais, no caso da ocorrência de eventos que comprometam o fluxo de caixa. Por esse motivo, a Companhia mantém pelo menos 10% de seus ativos livres em aplicações de liquidez imediata. O atual nível de liquidez imediata é de 74,02%. A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa. **5. Aplicações em títulos e valores mobiliários.**

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

	31/12/2018					
	Sem Venci-mento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor tabelado	Valor Mercado	Taxa de juros
I. Títulos para negociação						
Fundo exclusivo						
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	5.557	-	-	5.557	5.557	70,64% Pós fixado
Quotas de fundos de investimentos multimercado	1.801	-	-	1.801	1.801	22,89% Pós fixado
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	400	-	-	400	400	5,08% Pós fixado
II. Títulos mantidos até o vencimento						
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	109	109	109	1,39% Selic
Total geral	7.758	-	109	7.867	7.867	100%

	31/12/2017					
	Sem Venci-mento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor tabelado	Valor Mercado	Taxa de juros
I. Títulos para negociação						
Fundo exclusivo						
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	5.426	-	-	5.426	5.426	67,08% Pós fixado
Quotas de fundos de investimentos multimercado	2.162	-	-	2.162	2.162	26,73% Pós fixado
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	306	-	-	306	306	3,78% Pós fixado
II. Títulos mantidos até o vencimento						
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	195	-	195	195	2,41% Selic
Total geral	7.894	195	-	8.089	8.089	100%

O valor de mercado das quotas dos Fundos de Investimento foi apurado com base nos valores divulgados pelos Administradores dos fundos nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Os títulos públicos federais, classificados na categoria "mantidos até o vencimento", foram contabilizados pela curva do papel. A companhia tem capacidade financeira suficiente para liquidar os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", nas datas finais acordadas nos contratos de aquisição. **b) Movimentação das aplicações financeiras**

Movimentação das Aplicações Financeiras

Saldo em 31/12/2017 em Apl. Res. Rentas em 31/12/2018 em Apl. Res. Rentas em 31/12/2018

	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018
I. Títulos para negociação				
Fundo exclusivo				
FIC Institucional	7.894	190	(760)	434
II. Títulos mantidos até o vencimento				
Letras financeiras do tesouro - LFT	195	104	(197)	7
Total geral	8.089	294	(957)	441

c) Hierarquia de valor justo. A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Títulos para negociação	7.758	7.758	7.894	7.894
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	5.557	5.557	5.426	5.426
Quotas de fundos de investimentos multimercado	1.801	1.801	2.162	2.162
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	400	400	306	306
Títulos mantidos até o vencimento	109	109	195	195
Letras financeiras do tesouro - LFT	109	109	195	195
Total geral	7.867	7.867	8.089	8.089

6. Garantia das provisões técnicas. O Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Resolução nº 4.444/2015 e alterações, e a SUSEP por meio da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

	31/12/2018	31/12/2017
Composição dos ativos financeiros	7.867	8.089
Composição dos ativos vinculados à cobertura da liquidez do capital de risco	109	195
Ativos livres	7.758	7.894

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP) e Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) ou por instituições financeiras credenciadas.

7. Patrimônio líquido. a) Capital social. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social, subscrito e integralizado da seguradora, é composto de 4.300.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1 (um real) cada uma composto como segue:

	Participação
Sinaf Participações S.A.	99,00%
Ione de Medeiros Bocayuva Bulcão	1,00%
Total	100,00%

b) Dividendos: Não houve distribuição de dividendos aos acionistas, visto que a Companhia apurou um resultado negativo de R\$ 100. **c) Reservas:** As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro do exercício e o restante é destinado para reserva de lucros. **d) Demonstrativo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR):**



PATER SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 06.068.410/0001-50

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.012	8.185	social ou diferenças temporárias sobre os quais deveria constituir impostos diferidos. 9. Detalhamento das contas de Resultado:
1. Ajustes contábeis	-	-	a) Despesas administrativas:
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO			
SUBTOTAL	8.012	8.185	Despesas com pessoal próprio e encargos sociais
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA)	8.012	8.185	(239) (239)
2. Capital Base	2.680	2.680	Despesas com serviços de terceiros
3. Capital de Risco (ii)	251	248	(158) (158)
Capital de risco de mercado – CRM (i)	176	199	Despesas com localização e funcionamento
Capital de risco de crédito – CAC (i)	140	106	(20) (20)
Benefício da diversificação	(65)	(57)	Despesas com publicações
CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO			(49) (54)
(CMR, maior entre 2 e 3)	2.680	2.680	Despesas com donativos e contribuições
(+) PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA)	8.012	8.185	- (14)
(-) CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR)	2.680	2.680	Outras
Suficiência de capital - R\$	5.332	5.505	(4) -
Suficiência de capital (% do CMR)	198,96%	205,40%	Total
			(470) (485)
			b) Despesas com tributos:
			31/12/2018 31/12/2017
			Taxa de Fiscalização – SUSEP
			(57) (44)
			Despesas com PIS e COFINS
			(21) -
			Total
			(78) (44)
			c) Resultado financeiro:
			31/12/2018 31/12/2017
			Receitas financeiras
			441 677
			Outras receitas financeiras
			7 10
			Resultado financeiro
			448 687

(i) Os cálculos para os valores apurados em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 estão de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações. (ii) O índice de liquidez do Ativo em Relação ao Capital de Risco em 31 de dezembro de 2018 é de 215,77%. O valor mínimo definido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações é de 20%.

8. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação do imposto de renda e a contribuição social calculados de acordo com as alíquotas nominais e as alíquotas efetivas, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é demonstrada conforme tabela abaixo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	(100)	(100)	158	158
Alíquota nominal	25%	20%	25%	20%
Impostos à alíquota nominal	-	-	(24)	(31)
Impostos à alíquota efetiva	-	-	(24)	(31)

A Companhia não possui prejuízos fiscais, base negativa de contribuição

10. Transações com partes relacionadas: A Seguradora remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários, por meio de pró-labore no montante de R\$ 195 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 195 em 31 de dezembro de 2017). Não existem outros benefícios pagos aos Administradores.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Pedro Claudio de Medeiros Bocayuva Bulcão

Diretor Administrativo Financeiro

Marcelo Domingues Salustiano

Diretora Técnica

Celina Maria Lins

Atuário - Gabriel Navarro Martílio - MIBA nº 2511
Contador - Maurício Cesar Costa - CRC/RJ nº 050.876/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Aos: Diretores, Conselheiros e Acionistas da

Pater Seguros S.A. Fortaleza – CE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Pater Seguros S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pater Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Continuidade:** Sem ressaltar nossa opinião, chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia está em processo de avaliação do cenário macroeconômico para determinar seu plano estratégico de operação. As demonstrações contábeis foram preparadas, conforme políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, no pressuposto de continuidade por meio de recursos advindos de seus investimentos. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização, mensuração ou classificação de ativos e passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2019. **Grant Thornton Auditores Independentes - CRC SP-025.583/O-1 “S” - CE; Ana Cristina Linhares Areosa - CT CRC RJ-081.409/O-3 “S” - CE**

